

1 ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
2 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE  
3 CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - CONSEMA  
4 ATA DA CENTÉSIMA SEPTUAGÉSIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO  
5 ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - CONSEMA

6 Aos doze dias do mês de março de dois mil e quinze realizou-se a Centésima Septuagésima Quinta Reunião Ordinária do  
7 Conselho Estadual de Meio Ambiente - CONSEMA, no Auditório do SEMA, situada à Avenida Borges de Medeiros, 261, 15º  
8 andar, com o início às quatorze horas, com a presença dos seguintes Conselheiros: Sra. Maria Patrícia Mollmann, Presidente  
9 do CONSEMA e representante da SEMA; Sr. Tiago Pereira Neto, representante da FIERGS; Sr. Ivo Lessa, representante da  
10 FARSUL; Sr. Eduardo Osório Stumpf, representante do Fórum Gaúcho dos Comitês de Bacias Hidrográficas (FGCBH); Sr.  
11 Daniel Chies, representante da ONG Os Amigos da Floresta; Sr. Rejane Maria Candiota Tubino, representante da Instituição  
12 Universitária Pública; Sra. Lisiane Becker, representante da ONG Mira-Serra; Sr. Eloi Flores, representante da SEDUC/RS;  
13 Sra. Maria do Socorro Ramos Barbosa, representante da SEPLAG; Sra. Marion Luiza Heinrich, representante da FAMURS;  
14 Sra. Suzana Sperry, representante da SDECT; Sra. Rosane Prato, representante da Secretária da Saúde; Sra. Katiane  
15 Roxo, representante da FECOMÉRCIO; Sr. Rafael Volquind, representante da FEPAM; Sr. José Homero Finamor Pinto,  
16 representante do CREA/RS; Sr. Rafael José Altenhofen, representante da UPAN; Sr. Diego Bonatto, representante do  
17 Centro de Biotecnologia do Estado (CBIOT); Sr. Alberto Niederauer Becker, representante da Secretaria de Segurança  
18 Pública (SSP); Sr. Pedro Antônio Dall Acqua, representante da Secretaria de Obras Públicas (SOP); Sr. Nestor Bofanti,  
19 representante da FETAG; Sra. Ana Lucia Flôres Cruz, representante do SINDIÁGUA; Sr. Jonatan Bronstrup, representante  
20 da Secretaria de Minas e Energia (SME); Sr. Maurício Vieira de Souza, representante do IBAMA; Sr. Valmir Mioso,  
21 representante da SEINFRA; Justificaram a ausência os seguintes conselheiros: Ilsi Lob Boldrini, da ONG Igré; Sra. Ana Rosa  
22 Severo Bered, da ASFEPAM. Encontravam-se presentes: Ana Cristina Miola, ouvinte; Nicole Escouto Fantinel, representante  
23 da ONG Amigos da Floresta; Luiz Carlos Klusener Filho, representante da CORSAN; Lincoln Czerwinski e Rossano,  
24 representantes da ANAMA/RS. Iniciando a sessão a **Sra. Maria Patrícia** faz o uso da palavra: "Boa tarde a todos! Dando início  
25 a nossa reunião Centésima Septuagésima Quinta reunião Ordinária do CONSEMA, gostaria de iniciar aqui, apresentando a  
26 servidora que é a Rosaura, que veio somar conosco na Secretaria Executiva do CONSEMA, então a gente está muito feliz com  
27 este retorno, ela já atuou há muito tempo atrás, vêm nos dando um auxílio na organização da Secretaria Executiva. Então, com  
28 muita felicidade a gente conta com este auxílio aí e ela têm trazido boas experiências pra que faça funcionar este Conselho,  
29 que é tão importante. A ata anterior, não se conseguiu a degravação, houve esta troca da Secretaria Executiva, então eu não  
30 tenho como pautar. Não temos comunicações. Temos quórum, não sei quantos, vamos contar aí os crachás. Vinte e três,  
31 presentes. Hoje temos na pauta, dois assuntos, um trazido aqui a Secretaria do Meio Ambiente, pelo setor técnico da FEPAM  
32 que já conversado com a CORSAN, que é a análise da Resolução duzentos e setenta e seis (276) do CONSEMA, se retorna  
33 ao padrão, da cento e vinte e oito (128) e cento e vinte e nove (129) que estava provisoriamente suspensa. As Câmaras  
34 Técnicas, os assuntos pendentes, eu elaborei... Lá nós revisamos na Secretaria Executiva, todos os expedientes  
35 administrativos pendentes, talvez não seja todos os assuntos pendentes na Câmaras Técnicas. Então isso eu quero colher  
36 com vocês hoje, a consolidação e como será o procedimento pra essas Câmaras trabalharem, a gente tem algumas sugestões  
37 de rotina e aí gostaria de ver com vocês. Dentro desse ponto dois (2) da pauta, então a ideia pra vocês é, primeiro trazer o que  
38 a gente achou de assuntos pendentes, alguns constam como na plenária do CONSEMA, outros constam como Câmaras  
39 Técnicas e aí depois a gente verificar como se procede. Tem mais algum assunto? O Eduardo Stumpf nos trouxe uma  
40 contribuição por e-mail, que havia uma agenda de debates, estabelecida nos anos de dois mil e treze (2013) e dois mil e  
41 quatorze (2014). Então alguns assuntos, aí depois eu gostaria de incluir na pauta. E se possível, se der tempo ao final, alguns  
42 assuntos, foram tratados desta agenda, outros não, então talvez se estabeleça, aqui nesta reunião também, o que este  
43 Conselho gostaria de pautar com enfim que a SEMA trouxesse de assunto, informação pra este Conselho. Aí incluiria este na  
44 pauta. Não sei se podemos, temos alguma manifestação, podemos aprovar esta ordem do dia? Quem é favorável, por favor?  
45 Contrários? Abstenções? Aprovado por unanimidade. O primeiro ponto da pauta, eu vou até exibir aqui a... Na verdade a gente  
46 fez, é a discussão sobre esta resolução aqui, a duzentos e setenta e seis, dois mil e treze (276/2013) que excepcionalmente  
47 havia suspenso a aplicação da cento e vinte e oito (128) e cento e vinte e nove (129) do CONSEMA, que estabeleciam padrões  
48 de emissão de efluentes, excepcionalmente se adotou a Resolução CONAMA quatrocentos e trinta, dois mil e onze (430/2011)  
49 e isso tem alguns problemas ali na área técnica da FEPAM, que depois eu vou pedir pro Conselheiro Rafael nos relatar, de  
50 repente a CORSAN também nos auxilia. Ocorreram problemas na implementação desta nova sistemática e além desta  
51 questão, tem também o artigo terceiro, com relação ao sistema de esgotos sanitários, aqui da CORSAN, não poderiam receber  
52 cargas externas, também isto estaria em pauta. E a proposta seria a de revogação desse regramento aí, das duas questões.  
53 Eu vou então pedir Rafael pra que tu faças o esclarecimento técnico." **Sr. Rafael Volquind**: "Boa tarde, o esclarecimento  
54 técnico aqui se diz respeito as dificuldades que estamos tendo dentro da instituição pra fazer o licenciamento ambiental desses  
55 sistemas de esgotamento sanitário. Na prática, nós temos verificado que a gente está tendo um trabalho muito maior, um  
56 processo muito mais moroso, a intenção inicial (**inaudível**) era dar velocidade nesse licenciamento e isto não está acontecendo,  
57 e o resultado final tem sido o mesmo que a gente já alcançava antes. Então no frígir dos ovos, nós não estamos tendo  
58 benefícios com essa Resolução. E lembrando inicialmente também, que lá em dois mil e treze (2013) quando surgiu essa  
59 questão em pauta e foi discutida na Câmara Técnica, a demanda foi tratar de sessões que estavam acontecendo,  
60 principalmente de dificuldades pontuais da CORSAN e no intuito de resolver esses problemas pontuais, se criou uma regra que  
61 acabou estragando o restante da regra que funcionava bem. Então a nossa intenção é retornar aos padrões das resoluções  
62 cento e vinte e oito (128) e cento e vinte e nove (129) nos moldes que se encontram hoje, aplicar aquela legislação já  
63 estabelecida, evidentemente nas situações especiais onde o corpo técnico, evidencia e verifica a necessidade de avaliação  
64 hidrológica, a capacidade de recebimento do corpo receptor essas considerações serão feitas, mas novamente como exceção,

65 não como regra pra todo mundo. E com isso buscar a universalização do saneamento, universalização do esgotamento  
66 sanitário, do tratamento. E com o tempo, gradativamente, aí puxando a resolução duzentos e quarenta e cinco de dois mil e  
67 dez (245/2010), nós irmos melhorando o tratamento, mas primeiro nós vamos buscar quantidade, pra depois aprimorar a  
68 qualidade do tratamento de esgoto.” **Sr. Ivo Lessa:** “(inaudível) Qual é o benefício? (inaudível) agilidade do licenciamento?  
69 (inaudível).” **Sr. Rafael Volquind:** “Quando eu coloco benefício, era pra agilizar o licenciamento e oportunizar que algumas  
70 licenças fossem (inaudível) mais demorada e o resultado final desta avaliação é praticamente o mesmo, na maior parte das  
71 vezes. A secretária está me lembrando da situação de pequenos municípios, muitos tem financiamento com a FUNASA, a  
72 FUNASA tem uma situação especial, onde ela contratou diversos estudos, pra fazer o licenciamento ambiental, durante, entre  
73 (inaudível) ela sofreu com essa mudança da legislação, ela teria que fazer diversos novos estudos, novas contratações,  
74 acréscimos de contratos, pra poder atender a exigências que na prática nós sabemos que não está levando a um diferencial  
75 significativo. Então essas são as características que nós observamos nesse período, que estão justificando a solicitação de  
76 revogação desta resolução” **Sr. Ivo Lessa:** “Rafael, na verdade quando tu fala em revogar essa Resolução, nós voltaríamos a  
77 cento e vinte e oito (128), cento e vinte e nove (129) de dois mil e seis (2006), essas atendem ou essas também teriam que  
78 passar pelo processo de análise de Câmara Técnica ou não? Eu falo isso até pela nossa discussão no ano passado” **Sr.**  
79 **Rafael Volquind:** “A cento e vinte e oito (128) e a cento e vinte e nove (129), em especial a cento e vinte e oito (128) que era  
80 utilizada para esgotamento sanitário, atendia perfeitamente a grande maioria das situações, tanto que quando a CORSAN nos  
81 procurou inicialmente pra nos reclamar, foram dois (2) ou três (3) empreendimentos (inaudível) o restante todo, a grande  
82 maioria é atendida pela cento e vinte e oito (128) sem grandes problemas. A cento e vinte e oito (128) relembro, ela tem  
83 uma tabela com os padrões de emissões estabelecidos, pra qualquer situação, e abre mais uma consideração (inaudível) do  
84 corpo hídrico, quando necessário. Ela tinha questão de prazo de três (3) anos de adequação, mas a gente verificou também  
85 que os esgotamentos sanitários são (inaudível) é muito fácil de verificar que não é fácil, não é factível essa implantação em  
86 três (3) anos. Por que, qual era a situação? Diferente da situação da indústria está lá, também era abrangida por esse prazo de  
87 três (3) anos. A indústria está lá, é uma unidade só, está implantada e pode ser melhorada. Os esgotamentos sanitários, nós  
88 estamos discutindo uma melhoria muito grande e hoje quinze por cento (15%) do esgoto do Rio Grande do Sul que é coletado,  
89 é tratado. Enquanto os oitenta e cinco por cento (85%) nós ficamos tapando o sol com a peneira e deixando que ele vá, de  
90 forma bruta para o Meio Ambiente. Nosso objetivo, é focar agora nesses oitenta e cinco por cento (85%), os quinze por cento  
91 (15%) que já estão funcionando, estão trabalhando dentro daquela capacidade que as estações tem que foram projetadas pra  
92 operar. A partir daí, a gente faz novos sistemas, amplia a capacidade de tratamento e depois amplia qualidade deste  
93 tratamento até chegar nos padrões de emissão.” **Sr. Ivo Lessa:** “Esses projetos da FUNASA, eles vêm baseados em padrões  
94 CONAMA, não? CONSEMA? É que tem uma diferença entre os Estados (inaudível).” **Sr. Rafael Volquind:** “Lembrando que as  
95 Resoluções do CONSEMA elas não podem ser menos exigentes que as do CONAMA. Uma vez atendendo o regramento do  
96 CONSEMA, que já é estabelecido anteriormente, estaria por conseguinte, atendendo a Resolução CONAMA. Em especial a  
97 trezentos e cinquenta e sete (357/2005), também fala dos padrões de emissão.” **Sr. Eduardo Osório Stumpf** “Eu me lembro  
98 que em dois mil e treze (2013), nós tivemos um grande trabalho pra fazer, nessa discussão, e basicamente o que eu me  
99 lembro é que o momento em que a gente fizesse esse trabalho, a gente cairia na quatrocentos e trinta (430/2011) aonde  
100 parece que não tem padrão para nitrogênio e fósforo, e aí facilitaria, que era a grande questão da CORSAN, que como o  
101 padrão da cento e vinte e oito (128) é muito restritivo, nos outros estados não tem (inaudível). Agora a FEPAM vem dizer que  
102 isso não é mais problema, por que a cento e vinte e oito, tem esses padrões e a Nacional não tem. (Inaudível). Eu gostaria de  
103 um esclarecimento, os padrões que tem na cento e vinte e oito (128) de Nitrogênio e Fósforo, não são tão restritivos, precisa  
104 se adequar a ele? Eu repito que no CONAMA não tem, e que na cento e vinte e oito (128) tem padrão. Esse padrão é estável?  
105 (inaudível). **Sr. Rafael Volquind:** “A situação que eu coloco novamente em discussão, é se a gente quer tratar esgoto ou  
106 melhorar o esgoto a ser tratado. Eu contei nessas discussões agora, resgatando um pouco da história, eu dei uma  
107 interpretação errada por parte da CORSAN, como procedeu com a Resolução. Evidente que uma Estação de Tratamento de  
108 Esgoto, que não é projetada pra atender nitrogênio, ela jamais vai conseguir atender nitrogênio. Mas ela funcionando, ela  
109 operando, dentro daquelas condições, para qual ela foi projetada, ela é satisfatória, em detrimento a outro setor da cidade,  
110 outros sistemas que devem ser implantados (inaudível). Enquanto nós estamos aqui discutindo, estão sendo jogados no Meio  
111 Ambiente, sem tratamento algum, de forma bruta, sem controle algum, em qualquer lugar. Quando a gente começa a querer  
112 colocar em discussão, começa a querer melhorar, passo a passo pra chegar no mesmo objetivo, a gente oportuniza que  
113 quantidade maior de esgotos seja coletada, encaminhada para algum tipo de tratamento, não vai ser o ideal, mas vai já ser um  
114 tratamento satisfatório, pra reduzir a carga orgânica despejada nos nossos rios e todos nossos corpos hídrico. Não quer dizer  
115 que, nesse um ano e meio que nós tivemos, o problema desapareceu, foi constatada que a forma de solucionar o problema,  
116 que se realizava, ela que não teve sucesso. Então, o problema continua existindo, a gente não aumentou a quantidade de  
117 esgoto tratado no Rio Grande do Sul. Coletado e tratado. E a forma de fazer isso acontecer é minimizando os custos dos  
118 sistemas a serem implantados, nós criamos um sistema de última geração, com um tratamento terciário, ou algo mais,  
119 inclusive com rede separadora absoluta, hoje ninguém tem dinheiro pra fazer isso, mas se nós oportunizarmos, uma estação  
120 com tratamento primário e secundário e uma coleta mais abrangente, ainda que por sistema misto, nós vamos oportunizar uma  
121 redução bárbara do esgoto lançado no sistema e posteriormente, na medida do possível, baseado inclusive na lei do  
122 saneamento, a gente vai implementando tanto a coleta quanto esse tratamento. Atenderia a cento e vinte e oito (128).  
123 Lembrando da Resolução duzentos e quarenta (240), ela existe no primeiro momento se atendo (inaudível) remoção de  
124 nutrientes e (inaudível). **Sr. Rafael José Altenhofen:** “Duas questões, eu não sei se seria possível, mas isso poderia implicar  
125 (inaudível) de Bacia, isso estabelece parâmetros, não sei... Não? (Inaudível) uma outra pergunta pra complementar, nós  
126 estamos, de momento, falando do Artigo primeiro (1º) e segundo (2º) **Sr. Rafael Volquind:** “Em relação a essa Resolução  
127 duzentos e setenta e seis (276), os artigos terceiro (3º) e quarto (4º) foram colocados como condicionante. Uma vez que a  
128 gente estava abrindo mão do procedimento, já estabelecido, já consolidado da área técnica, que estes sistemas fossem

129 colocados pra não ter uma aplicação automática e simplista do que a gente seguia antes, então o sistema, cargas externas,  
130 chorume, banheiros químicos, lodo de fossa e algum descarte industrial eventualmente, não poderia estar nisso daqui, a  
131 estação deveria continuar a ser avaliada pela cento e vinte e oito (128), contemplando, todas as suas etapas e todos os seus  
132 padrões, quer tratar esgoto de banheiro químico? Abre uma estação para banheiro químico, evidentemente, nossa situação  
133 novamente, é tratar o esgoto que hoje não recebe tratamento, essa é a nossa grande preocupação, se não, a gente vai estar  
134 chovendo no molhado. A proposta é revogar toda a resolução” **Sr. Rafael José Altenhofen:**“(inaudível)” **Sra. Maria Patrícia**  
135 “Esta é a original, a proposta é de revogar total ela” **Sr. Rafael José Altenhofen:**“A pergunta é, quando tu revoga uma, pelo o  
136 que eu entendi o que tu falaste, se revogou, mas reforçou esses dois, por que esses dois dá o (inaudível)” **Sr. Rafael**  
137 **Volquind:** “Não é por isso. Eles foram colocados aqui junto. A intenção era revogar toda a Resolução duzentos e setenta e seis  
138 (276), por que ela está gerando um problema, nós acabamos colocando em clandestinidade os limpadores de fossa, que antes  
139 levavam para algumas estações, que podiam receber. Essas estações de uma hora pra outra pararam de poder receber, por  
140 conta dessa Resolução. O que eles estão fazendo com esses Resíduos? Onde estão lançando? Não temos nenhum controle.  
141 Recebemos ligações de Porto Alegre, de outros Municípios, dizendo que não sabem o que fazer. (inaudível) onde vou  
142 conseguir tratar, então se criou mais um problema também, quando se proibiu que esses efluentes fossem lançados nas  
143 estações, que até então recebiam de forma razoável, então não tinha, essa proposta é acabar com essa Resolução toda e  
144 voltar a situação que a gente tinha anteriormente, e melhorando gradativamente, colocou também as situações do Planos de  
145 Bacia, a Resolução, duzentos e quarenta e cinco de dois mil e dez (245/2010) ela prevê que tem que ter o Plano de  
146 saneamento do Município e o Plano de Bacia, pra isso trabalhar saciar de uma forma o prazo de atendimento da melhoria, não  
147 é um prazo (inaudível), a lei do saneamento quer um prazo (inaudível), é conforme a situação financeira do sistema, não é nem  
148 do município e do operador, o sistema é que tem que se autofinanciar, sabe-se lá quando isso vai acontecer. Aqui a gente tem  
149 as metas intermediárias, as metas finais, os Comitês de Bacias, estabelecido um plano é isso que vai reger em que momento  
150 deve ser implantada cada nova etapa do sistema. **Sr. Rafael José Altenhofen:**“Mantenho a sugestão de (inaudível) reforço,  
151 são aspectos diferentes, uma questão dos parâmetros, um aspecto são os parâmetros e outro aspecto a proibição ou não da  
152 resolução de resíduos diferenciados em tratamentos públicos, gostaria nesse sentido, de um posicionamento por parte das  
153 companhias, porque na verdade ali, nós podemos estar falando que esse material recebido é gratuito, gera ônus, é cobrado,  
154 porque na verdade é transferido o passivo, porque todas as empresas privadas, cobram pra receber, elas em teoria estão  
155 repassando parte dos custos para a municipalidade, porque ela cobra e não assume parte deste valor para pagar quem faça,  
156 joga para o município ou Estado fazer por ela, (inaudível) **Sr. José Homero Finamor Pinto:** “Vendo aqui no trabalho do  
157 CONSEMA, que mais ou menos, metade do Plenário era do CONSEMA naquela época e outra metade não era do CONSEMA,  
158 a metade q de quem está aqui, não pegaram o histórico daquela discussão, eu gostaria de lembrar o histórico pra a gente  
159 poder emendar as coisas e dar sentido naquilo que a gente está discutindo. Eu entrei na CORSAN em mil novecentos e  
160 setenta e seis (1976), eu ainda era estagiário de engenharia, naquela época nós estávamos no auge do PLANASA, Plano  
161 Nacional de Saneamento, primeiro e grande plano que existiu de saneamento do Brasil, na década de setenta (70) e oitenta  
162 (80) o foco era a água, as cidades não tinham água tratada para abastecer as suas populações, então o foco era a água, e  
163 todos os recursos que vinham através no BNH (Banco Nacional da Habitação) era pra água. E naquela época, praticamente,  
164 não se falava em esgoto, era muito isolado os projetos de esgoto que a gente fazia, noventa e oito por cento (98%), noventa e  
165 nove por cento (99%) das obras eram viáveis. Quando chegou mil novecentos e oitenta e cinco (1985), terminou o BNH,  
166 terminou os recursos pra saneamento que era usado o Fundo de Garantia dos Trabalhadores e Caderneta de Poupança  
167 financiava o saneamento, o tal de BNH, de mil novecentos e oitenta e cinco (1985) até dois mil e sete (2007), foram vinte e  
168 dois (22) anos, todo o Brasil, companhias Estaduais e Municipais, todo mundo ficou sem dinheiro para saneamento, os níveis  
169 de investimento foram lá pra baixo, por isso que hoje a gente tem níveis de investimento em esgoto todos são, chamam de  
170 vergonhosos no Brasil, doze por cento (12%), quinze por cento (15%), vinte por cento (20%), o nordeste as vezes vem com  
171 índice de quarente por cento (40%), cinquenta por cento (50%) por que eles consideram o (inaudível) como esgoto tratado, o  
172 índice daí parece que é muito bom, mas não é. Todo mundo tem nível baixíssimo de investimento de esgoto. Quando chegou  
173 dois mil e sete (2007) veio o PAC, com o PAC veio recurso pra saneamento, e aí oitenta por cento (80%) dos recursos para o  
174 saneamento, voltaram pro esgoto por que a água já estava universalizada no Brasil inteiro, então não precisava muito,  
175 recursos pra água, (inaudível). Mas a resolução cento e vinte e oito (128) na verdade ela é de dois mil e seis (2006), quer dizer,  
176 um ano antes do PAC. Um ano antes da lei do saneamento. É quando começou a mudar todo esse teatro do Saneamento no  
177 Brasil, começou a mudar em dois mil e sete (2007) com a Lei do Saneamento, com o início do PAC. A resolução cento e vinte e  
178 seis (126), a cento e vinte e oito (128) de dois mil e seis (2006) ela foi, eu não estava no CONSEMA, mas acredito que ela  
179 tenha sido gerada aqui dentro (inaudível) períodos (inaudível), daquela floração de algas no Rio Guaíba e outros rios e todo  
180 mundo reclamando do gosto da água e tal, então vamos ver, o que é o alimento da alga que ela se reproduz tanto, a luz, a  
181 fotossíntese e o grande alimento da alga é aquilo que tem no esgoto, aquilo que é Nitrogênio (N) e Fósforo (P). Então o Rio  
182 Grande do Sul foi lá e fez uma resolução, aqui no CONSEMA, reduzindo Nitrogênio e Fósforo, pra um nível muito mais baixo  
183 que o Brasil inteiro. Isso deu na prática o seguinte problema, as estações que tratamento de esgoto que o Brasil inteiro faz, que  
184 são lagoas, (inaudível) reatores, aqui no Rio Grande do Sul, não pode se fazer, por que a exigência de redução de Nitrogênio é  
185 tão alta, que tem que uma estação de esgoto, tem que ser praticamente igual a uma estação de água, tem que ter decantação  
186 pra retirar o Fósforo, tem que ter (inaudível) produto químico, então o custo se for assim, um estação de tratamento de esgoto  
187 hoje, é cinco (5) o preço de uma estação de tratamento em qualquer lugar, Santa Catarina pra cima, houve um outro  
188 agravante, que também, nos motivou a vir aqui, o Rio Grande do Sul, tem em media quinze por cento (15%) de atendimento de  
189 esgoto pela CORSAN, Porto Alegre na época, tinha vinte e sete por cento, agora inaugurou a estação na zona Sul, foi pra  
190 setenta e sete por cento (77%), mas as estações desses quinze por cento que tinha, não atendiam a cento e vinte e oito (128)  
191 então no momento que vencer essas licenças (inaudível) nós sairíamos dos quinze por cento pra zero por cento (0%) os invés  
192 de subir de quinze (15) pra trinta (30), cai pra zero por cento (0%), por que todas as estações de lagoas, as estações de

193 Gramado, por exemplo que é um (inaudível) seguido de um centro biológico, todos elas caem pra zero por cento (0%) porque  
194 não tem renovação de licença, então foram duas coisas que nos motivaram, primeiro o PAC, que estava chegando, o dinheiro  
195 do PAC, pra a gente tentar reduzir um pouco os custos da estação, portanto atender mais Municípios e no PAC tem recursos  
196 de ordem do Orçamento Geral da União, tem recursos da Caixa Econômica Federal, recursos do BNDES, tem recurso da  
197 FUNASA. A FUNASA, não é nem do Ministério da Cidade, é do Ministério da Saúde e a FUNASA só manda recursos pra  
198 Municípios abaixo de cinquenta mil (50000) habitantes. Municípios médios e pequenos. A CORSAN, o Rio Grande do Sul tem  
199 quatrocentos e noventa e sete (497) Municípios, a CORSAN atende trezentos e vinte (320) desses trezentos e vinte (320),  
200 duzentos e oitenta (280) são abaixo de cinquenta mil (50000) habitantes, então o que adianta a gente fazer uma estação, de  
201 terceiro nível de tratamento, lá em Tucunduva, em um riozinho, que nunca teve estação de tratamento e se for fazer, tem que  
202 fazer a mais cara que existe, então a ideia é, exatamente como a o Rafael estava falando, era de a gente baixar um pouco  
203 esse nível de exigência, pra primeiro, a gente chegar, sair dos quinze por cento (15%) chegar lá próximo a setenta por cento  
204 (70%), oitenta por cento (80%) e aí sim apertar, como foi feito na água. Não sei se vocês sabem, quem define o nível de  
205 qualidade de água tratada, pra fornecer pra população é o Ministério da Saúde, através de portarias do Ministério da Saúde. Ao  
206 longo desses últimos quarenta e sete (47) anos, que eu conheço da CORSAN, já mudou mais dez (10) vezes as portarias,  
207 cada vez que eles mudam, eles apertam um pouco mais, Rio Grande do Sul é um estado por exemplo que tem uma lei  
208 Estadual, que exige colocar Flúor na água, não é todos os estados que fazem, ao longo do tempo o nível de exigência, da  
209 qualidade da água tratada, foi apertada cada vez mais e o esgoto foi ao contrário, tá saído do zero (0), pegando o nível mais  
210 alto do Brasil, então o objetivo, pegando a proposta que eu trouxe, isso não é só na CORSAN, na CORSAN tinha quinze por  
211 cento (15%), mas o DMAE tinha duas estações de tratamento, e uma delas ficaria obsoleta, que era aquela lá de Ipanema, que  
212 agora foi substituída pela ETE da Serraria. Mas Ipanema era uma lagoa. Os outros serviços Municipais, São Leopoldo, Novo  
213 Hamburgo, que estava fazendo um sistema misto, (inaudível) não tem nada, Pelotas tem um sistema de lagoas, ficaria tudo  
214 obsoleto, voltaria todo mundo pro zero (0), (inaudível) se fosse aplicado, como diz que tem que ser aplicado. Então, esse é o  
215 objetivo e a gente defendeu a suspensão dela pra poder se discutir isso, e nós fomos para a duzentos e setenta e seis (276),  
216 que diz que agora nós vamos usar a Resolução Nacional que todo mundo usa, só que a FEPAM começou a analisar uma coisa  
217 que tem na Resolução Nacional, é a questão da capacidade dos corpos hídricos de receber o esgoto tratado, então pelo outro  
218 lado começou a inviabilizar, tem corpos hídricos que chegam no auge da estiagem e eles transbordam. Pelo volume que tem, a  
219 gente não pode largar esgoto tratado, isso daí é pior do que a cento e vinte e oito (128) na Resolução Nacional, é isso que a  
220 FEPAM está propondo para a gente sair desse negócio. Então, Farroupilha foi o caso, Farroupilha nós estamos fazendo um  
221 sistema de tratamento de esgoto, na metade de Farroupilha (inaudível) Caxias e o arroio que recebe o esgoto tratado, não tem  
222 capacidade de suporte pra receber esgoto tratado e agora, se ele for esgoto bruto, com toda a água de chuva, aí não tem  
223 problema, mas se for tratado não pode, é o que está acontecendo. Aqui em Cachoeirinha, vocês quando vão pra praia tem  
224 uma lagoa ali em Cachoeirinha, aquela lagoa ali, nós tínhamos recebido recursos, pra fazer, Cachoeirinha tem sessenta por  
225 cento (60%) da cidade com esgoto, o resto não tem. Nós tínhamos recebido o recurso, queríamos aplicar pra fazer os quarenta  
226 por cento (40%) que não tinha a rede coletora. Mas não podemos, porque pra atender a Resolução cento e vinte e oito (128),  
227 tinha que fazer uma nova estação, já está até licitada, do lado daquela lagoa (inaudível) e continua com sessenta por cento  
228 (60%) do atendimento. Por todas essas razões que nos incentivaram a propor, essa discussão e discutimos muito, e chegamos  
229 na duzentos e setenta e seis (276), que na prática, não surtiu o efeito, assim como o Rafael falou, efeito positivo, nem pra  
230 CORSAN, nem pra FEPAM, nem para as Prefeituras nem pra ninguém, exatamente por causa dessa forma que foi encarada a  
231 capacidade receptora de corpos hídricos. O Rafael falou muito bem na duzentos e quarenta e cinco (245), uma Resolução que  
232 tem que ser mais usada. Uma Resolução que permite, sistemas mais simplificados, o primário, depois o secundário, depois o  
233 terciário. Se tu vai aplicar a cento e vinte e oito (128) direto, o Município de Cacimbinhas, que for fazer alguma coisa no esgoto,  
234 tem que ser direto (inaudível) pra tratar a água e hoje não tem, eles tem um postinho, que as vezes eles não conseguem nem  
235 fazer a floração adequada, se for fazer esgoto tem que fazer uma extração, igual uma ETE. Na duzentos e quarenta e cinco  
236 (245) permite que ele faça um sistema simplificado, de fossa (inaudível) depois permite o sistema secundário com (inaudível)  
237 com filtros biológicos, (inaudível) que não atende a cento e vinte e oito (128), e no final, fazer uma estação como essa que o  
238 DMAE fez na Serraria, (inaudível) com tratamento terciário. A proposta, que eu acho que é muito boa, que tanto o Rafael tá  
239 defendendo, como a duzentos e setenta e seis (276) não agregou nada de positivo pra nós, nem pra FEPAM, nem pra  
240 CORSAN, nem para os Municípios, a gente revogar ela, aprovar a revogação, voltar pra cento e vinte e oito (128), cento e vinte  
241 e nove (129) e mandar esse assunto pra Câmara Técnica discutir melhor, parâmetros de Nitrogênio e Fósforo, eu acho que ela  
242 tá exagerada e usar mais a duzentos e quarenta e cinco (245) que é uma resolução que (inaudível) mas tá muito que vá pra  
243 Câmara Técnica e que volte de lá, uma nova proposta. Essa é a proposta que eu faço pra a gente levar adiante esse assunto.”  
244 **Sra. Maria Patrícia** "Ir para Câmara técnica para discutir os padrões?" **Sr. José Homero Finamor Pinto**: "Sim, a revogação da  
245 duzentos e setenta e seis (276) como está sendo proposto, mas que não fique por isso, não simplesmente volte para a cento e  
246 vinte e oito (128), cento e vinte e nove (129), vamos levar esse assunto pra Câmara Técnica discutir a aplicação maior da  
247 duzentos e quarenta e cinco, o padrão de Nitrogênio e Fósforo, como a gente já discuti, esse negócio das indústrias, acho  
248 que foi o ano passado, então manda pra Câmara Técnica e vem da Câmara Técnica uma proposta pra melhor discutida a  
249 gente possa alguma coisa." **Sr. Rafael José Altenhofen**: "Excelente, muito elucidativa a tua narrativa, só faltou, senti falta, se  
250 tu lembra, do porque do artigo terceiro?" **(Conversa paralela Inaudível)** **Sr. Ivo Lessa**: "Só um pergunta, revogando aqui,  
251 mesmo que se crie a discussão dentro da Câmara Técnica, sobre a cento e vinte e oito (128) e cento e vinte nove (129), elas  
252 ficam valendo?" **Sra. Maria Patrícia** "A cento e vinte oito (128) e cento vinte nove (129), sim ficam valendo." **Sr. Rafael José**  
253 **Altenhofen**: "Porque nós estaríamos suspendendo a suspensão." **Sra. Maria Patrícia** "Exatamente, antes dos três anos (3) se  
254 viu que não deu certo." **Sr. José Homero Finamor Pinto**: "Depois eu te respondo a tua pergunta" **Sr. Eloi Flores**: "Nós, a sua  
255 narrativa, (inaudível) eu tenho três (3) situações que eu gostaria de levantar, (inaudível) nós temos uma restrição, que é  
256 sazonal (inaudível), a segunda é nós termos a dimensão de quem está tomando a iniciativa para fazer este trabalho,

257 (inaudível) a outra é o plano, nível tecnológico que vai se pedir, ele tem que respeitar certos parâmetros, (inaudível) do  
258 Município em relação a outro. Eu acredito que deveríamos recomendar, a exigência que assegura a continuidade, (inaudível)  
259 são restrições do ponto de vista econômico (inaudível) não se pode pensar que um município pequeno (inaudível) nós  
260 engessamos o processo (inaudível) então o que se recomenda que o Estado fique atento, observando esses parâmetros  
261 (inaudível) considerando essas leis que na verdade são impedimentos (inaudível) não vamos conseguir nada. **Sr. José**  
262 **Homero Finamor Pinto:** “Essa questão de recursos da fazenda (inaudível) eu vou dar exemplo pra vocês em prática, meio  
263 grosseiro, ali na ETE de Cachoeirinha, (inaudível) no esgoto de Cachoeirinha, na metade de Gravataí ali pela Freeway, no  
264 esgoto Gravataí que passa logo no fundo, agora nós vamos fazer uma nova ETE, agora, com bloco hidráulico, igual a essa do  
265 DMAE que tem aqui em Porto Alegre na zona norte, porque? Porque nós temos que reduzir Nitrogênio e Fósforo. Agora, qual é  
266 o efeito prático de nós reduzirmos o Fósforo, por exemplo a zero, e depois jogar no Rio Gravataí que é puro fósforo? É a  
267 mesma coisa que pegar um litro de água mineral, não pode ser água do Guaíba, tem que ser água mineral, aí joga a água  
268 Mineral no Gravataí, não adianta nada, o efeito prático não tem, mas o custo vai lá pra cima, então essa é a questão da...  
269 (Conversa paralela inaudível) Só dei o evento pra responder a tua pergunta da questão da carga externa, na época eu fui  
270 contra, votamos a íntegra da Resolução, eu fui contra, porque a carga externa é uma coisa que é gerada, não existe como tu  
271 não gerar a carga externa, tem os banheiros químicos, tem as hidrofossas, tem os chorumes de lixo, toda estação de lixo, gera  
272 chorume. E o que vai se fazer com isso, vai recolher e jogar no rio? Tem que tratar. E aonde se trata o esgoto? Em uma  
273 estação de tratamento de esgoto. A FEPAM licenciou pra CORSAN, algumas estações, normalmente (inaudível) ali em Canoas  
274 por exemplo, uma estação, duzentos e cinquenta e seis (256) litros por segundo (inaudível) que está licenciado pra receber  
275 cargas de banheiro químico, limpa fossa, chorume lá de Gravataí do (inaudível) cada vez que chove gera chorume, vai deixar o  
276 chorume ali? Não vai né? Então esgota e leva pra tratar. Então, eu era a favor de manter isso, mas acabou passando  
277 proibindo, aí o que acabou acontecendo? Isso foi um tiro no pé, se tu proíbe como é que tu vai fazer? Um caminhão  
278 hidrofossa, vai esgotar a fossa, porque ele precisa ganhar. E vai jogar no primeiro córrego, pluvial, em qualquer lugar que se  
279 descarta e vai embora, então é preferível ele tirar de lá a prestação, porque ele vai cobrar. E nós cobramos deles também, tu  
280 fez essa pergunta, nós cobramos deles, nós cobramos por carga que o caminhão chega lá e nós temos um valor na tabela e  
281 cobramos eles.” **Sr. Rafael José Altenhofen:** “Aí chegaste aonde eu queria, hoje é feito por aquelas que operam, (inaudível)  
282 dentro da licença, fazem isso em empresas privadas, aqui em Porto Alegre é (inaudível). Então a pergunta que eu faço é a  
283 seguinte, se é cobrado, Corsan e outras Companhias passarem a cobrar também, vai haver diferença nos valores? Se não  
284 houver diferença nos valores, a problemática justificativa, continuará a mesma, porque quem não paga pra uma pagará pra  
285 outro e continuará depositando em lugares impróprios, então talvez é uma questão de fiscalização, (inaudível).” **Sr. José**  
286 **Homero Finamor Pinto:** “É, essas situações de (inaudível) elas podem tranquilamente receber carga externa, no mínimo nós  
287 pagamos muito mais caro, pra se ter uma ideia, o metro cúbico do esgoto é o mesmo preço da água, quatro reais e trinta  
288 centavos o metro cúbico (R\$4,30 m<sup>3</sup>), e o caminhão com uma carga de seis metros (6m), ele paga cerca de cem reais  
289 (R\$100,00), dá quase vinte reais o metro cúbico (R\$20,00 m<sup>3</sup>) quando é carga externa. Quando ele chega pela rede, que a  
290 gente mede pelo volume de água fornecido, dez metros (10m) que é a média, ele paga sete (7m) que é setenta por cento  
291 (70%) que é o que volta na forma de esgoto, então é sete vezes quatro e trinta (7 x 4,30) aí tem a conta média de esgoto, que  
292 hoje é vinte e oito reais (R\$28,00). Quando é carga externa de caminhão, nós cobramos o caminhão cheio, se ele vier com um  
293 metro (1m) azar é o dele, caminhão cheio, aí cobramos a carga de sete metro (7m) que o tamanho de um caminhão pipa, que  
294 dá em torno de uns cem reais (R\$100,00) pra descarregar. Só que, na estação de esgoto, o que fazemos, o caminhão entra,  
295 para, se tira uma amostra leva ali no laboratório, vê o que ele está trazendo, aí pode descarregar, se for outro produto que não  
296 pode, não pode descarregar, se tu fizer isso, não receber, ele vai largar no primeiro pluvial de noite, que ele achar aberto e  
297 larga toda aquela carga ali, por isso que eu sou a favor de que se possa receber...” **Sr. Rafael José Altenhofen:** “Há  
298 tecnologia de capacidade de que possa receber esse material, (Conversa paralela inaudível). **Sr. José Homero Finamor**  
299 **Pinto:** “É por isso que o caminhão não descarrega sem o exame da carga que ele está trazendo.” **Sr. Rafael José**  
300 **Altenhofen:** “Meu medo aqui é eu votar sem ter a base, sem ter o conhecimento, do processo lá, e de estar passando um  
301 ônus às Companhias, (inaudível). **Sr. José Homero Finamor Pinto:** “Na verdade ali em Canoas, (inaudível) esse esgoto  
302 chega na rede, e a arrecadação com os vinte e cinco mil (25.000) é menor que a arrecadação com as cargas externas, isso pra  
303 nós até que vale a pena porque ele sustenta o conjunto do esgoto, porque ele é altamente deficitário em qualquer cidade.”  
304 (Conversa paralela inaudível) **Sr. Pedro Antônio Dall Acqua:** “Em relação a essa questão do (inaudível) de esgoto (inaudível)  
305 individuais das limpezas das fossas o que nós percebemos, essa questão tem de estar disciplinada, dentro do plano de  
306 saneamento do Município, inclusive a destinação final lodo então, se tu cortar essa situação, o próprio Plano Nacional  
307 estabelece, o sistema individual como adequado, desde que dentro dos padrões de construção e com destinação de  
308 tratamento do lodo, então isso não pode ficar no limbo, tem um dado que, já foi colocado aqui hoje que, quase cinquenta por  
309 cento (50%) dos Municípios do Rio Grande do Sul tem população inferior a cinco mil (50.000) habitantes, então se não houver  
310 uma destinação adequada com relação ao tratamento, tu vai inviabilizar, todas as fossas que a prefeitura deve designar, dentro  
311 do envolvimento todo, de projeto e periodicidade de limpeza. Tu vai tornar todo sistema ineficiente e vai continuar gerando  
312 efeito nenhum, então eu acho que isso tem que ficar claro, nesse ponto de vista que precisa levar, em consideração a  
313 disposição final desses efluentes, dentro de uma estação de tratamento ou de uma estação que seja adequada pra receber  
314 esses efluentes.” **Sra. Maria Patrícia** “Mais alguma inscrição? Que daí eu faço os encaminhamento aqui. Não? Rafael, tu  
315 manténs a tua questão que eu colocaria em votação? **Sr. Rafael José Altenhofen:** “Não ela já foi esclarecida” **Sra. Maria**  
316 **Patrícia** “Tu retiras?” **Sr. Rafael José Altenhofen:** “Sim” (Conversa paralela inaudível) **Sra. Maria Patrícia** “Aqui eu tenho a  
317 minuta da Resolução, que revoga a Resolução CONSEMA duzentos e setenta e seis, dois mil e treze (276/2013) e determina a  
318 observância da Resolução CONSEMA cento e vinte e oito, dois mil e seis (128/2006) e cento e vinte nove, dois mil e seis  
319 (129/2006) os CONSEDERANDOS, acho que vou pedir pra dispensar a leitura e o Artigo é único que eu colocaria em votação.  
320 Fica revogada a Resolução CONSEMA duzentos e setenta e seis, dois mil e treze (276/2013), vigorando novamente os padrões

321 e condições estabelecidos na Resolução CONSEMA cento e vinte e oito, dois mil e seis (128/2006) e cento e vinte nove, dois  
322 mil e seis (129/2006). E depois eu coloco em votação, o envio desta para a **Câmara Técnica Controle e qualidade ambiental**, é  
323 isso? Para a discussão dos padrões, em especial Nitrogênio e Fósforo e a questão de uma maior aplicação da Resolução  
324 duzentos e quarenta e cinco (245) é esta a proposta né? E sazonalidade dos corpos receptores. **(Conversa paralela inaudível)**.  
325 Então que seja analisada a sazonalidade dos corpos receptores, capacidade de investimento dos Municípios e a dimensão dos  
326 Municípios. Bom, então colocando em votação, quem é favorável a aprovação desta resolução que revoga a duzentos e  
327 setenta e seis (276) levanta seus crachás? Contrários? Abstenções? Aprovado por unanimidade. Vamos votar agora o  
328 encaminhamento pra Câmara Técnica, então. Quem é favorável a encaminhamento pra Câmara Técnica desse assunto, por  
329 favor levanta o crachá. Contrários?" **Sra. Lisiane Becker** "Qual é a Câmara Técnica?" **Sra. Maria Patrícia** "A de Controle e  
330 Qualidade Ambiental." **Sra. Lisiane Becker** "Eu gostaria de sugerir, também, que ela fosse encaminhada pra Câmara Técnica  
331 Gestão das Águas." **Sr. Rafael José Altenhofen**: "É, porque tem a questão da Sazonalidade" **Sra. Maria Patrícia** "Há uma  
332 sugestão de encaminhamento para a Câmara de Gestão das Águas. Eu faria a sugestão que voltando dessa Câmara, a gente  
333 avalia o produto e depois se vê se encaminhamos pra outra, pode ser?" **Sra. Lisiane Becker** "Pode ser" **Sra. Maria Patrícia**  
334 "Quem é favorável que se encaminhe para a Câmara Técnica de Controle e Qualidade Ambiental? Contrários? Abstenções?  
335 Também aprovado por unanimidade. O segundo item da pauta. Eu vou fazer um relato pra vocês, na Secretaria Executiva, nas  
336 últimas duas semanas, nós revisamos, tudo que estava lá em princípio, e aí eu resolvi relatar pra vocês, posso passar por e-  
337 mail, que na verdade eu terminei essa listagem hoje, de meio-dia (12h), queria ter conseguido passar antes mas vamos  
338 encaminhar, talvez não com uma discussão definitiva nesta, mas na próxima reunião, tem vários assuntos, vários expedientes  
339 administrativos abertos. Um já com o encaminhamento formal dentro do processo para a Câmara de Resíduos Sólidos, aí eu  
340 coloquei as datas dos últimos encaminhamentos, alguns processos sem o encaminhamento formal para as Câmaras Técnicas.  
341 Aí vários assuntos, portaria FEPAM, **(inaudível)** de Resíduos Sólidos em solo agrícola, licenciamento de **(inaudível)** de carvão,  
342 enfim, são dos assuntos mais diversos, todos esses constam na lista de processo administrativos como pendente, tudo muito  
343 antigo. Com relação ao último ano... A Lisiane me passou duas contribuições aqui, que eu localizei a Ata da reunião  
344 CONSEMA, que está pendente este debate dos Planos Municipais de Mata Atlântica, que foi determinado pela Gestão  
345 Compartilhada em novembro, aqui também tem uma outra resolução **(inaudível)** eu achei o Ofício físico, passou já para a  
346 pauta de qual Câmara Técnica, Lisiane? **(Conversa paralela inaudível)** Então está com o CONSEMA, ainda. **(Conversa**  
347 **paralela inaudível)**. Aí eu farei o seguinte encaminhamento, tem mais a contribuição do Eduardo **(Conversa paralela inaudível)**.  
348 Enfim qual era o encaminhamento aí, a ideia de encaminhamento, eu iria repassar, porque esses assuntos estão tão antigos  
349 lá, eu ia submeter ao plenário o que se pretende qual é a prioridade, para se tratar desses assuntos lá, pendentes. Para que  
350 enfim, o que não interessa lá, a gente possa arquivar e limpar essa pauta, não há porque ficar aquelas pendências lá, e o que  
351 for de interesse que continue o debate, vamos fazer enfim, um acompanhamento de perto, do que está pendente e trazer um  
352 relato, toda reunião aquilo que está pendente em Câmara Técnica, que reunião se fez... O Eduardo nos encaminhou, mais...  
353 Temas que foram encaminhados segundo, as Atas das Câmaras Técnicas, que eu também não tenho lá, processos em aberto,  
354 o procedimento que a Secretaria Executiva... Temas levantados. Só um pouquinho, por favor Eduardo me ajuda aí com esse  
355 teu resumo. **Sr. Eduardo Osório Stumpf** "Pra quem não sabe, depois do incêndio lá na FEPAM em dois mil e treze (2013),  
356 CONSEMA, ficou tudo de um jeito muito complicado e aí, o CONSEMA decidiu, nós começamos a trabalhar na Fundação da  
357 Zoobotânica e agente começou a fazer o que nós vamos começar a fazer de novo agora, discutir o papel do CONSEMA, as  
358 grandes demandas, isso já coloquei em outra reunião do CONSEMA, e com isso o que que saiu? Nós decidimos, que todos os  
359 Conselheiros apresentassem sugestão de assuntos, pra discutirmos, aí passamos lá uns seis (6) meses discutindo que as  
360 dúvidas foram surgindo e os encaminhamentos, e disso tudo resultou, quando na época eu sistematizei isso e a gente dividiu  
361 então, temas específicos, que ia ter uma apresentação aqui na plenária **(inaudível)** da Câmara Técnica, foi tudo decidido e está  
362 em uma Ata, eu tenho a Ata no papel. Então, o que está em preto é digamos a sistematização, que tinha feito em dois mil e  
363 treze (2013), aprovado pelo CONSEMA, o trabalho que eu fiz está em vermelho, buscando ou nas Atas ou nas memórias, o  
364 que está definido em cada caso, então se a gente olhar ali, é isso. Pra que a Comissão? Pra dizer que tem vários assuntos,  
365 que a gente não sabe mas eles já estão nas Câmaras Técnicas, estão entre aspas, porque foi definido pelo plenário mas  
366 eventualmente, uma questão de procedimento, eventualmente não foi aberto processo de acompanhamento do CONSEMA,  
367 porque ainda não tem esse procedimento, o processo dentro da Câmara Técnica, é por assunto é pelo que? É isso que tem  
368 que ser fechado, lá dentro da Secretaria Executiva. Então vários assuntos tem que ser decidido, aí se decidiu, vai pra Câmara  
369 Técnica de Resíduos Sólidos, mas aí sei lá, por algum motivo, não se abriu o processo ou não se encaminhou, ou se  
370 encaminhou trocou o presidente, o presidente não sabe. Aqui é um resumo, é um resgate desses assuntos de um tempo atrás.  
371 **Sra. Maria Patrícia** "Eu vou abrir processo formal para encaminhamento pra cada Câmara Técnica de Gestão do assunto  
372 demandado, colocar isso **(inaudível)** ofícios, contribuições, enfim, e aquele processo, até no Sistema de Protocolo Integrado do  
373 Estado o processo tem consulta pública e consta lá o local, a gente está vendo como tramitar esses processos formalmente  
374 para os presidentes dessas Câmaras. Então ele sai da Secretaria do CONSEMA, e aí enfim, se passa para a responsabilidade  
375 do Presidente, mesmo assim a Secretaria não vai deixar de ter o controle, mas aí pelo menos não fica, assim, não se sabe  
376 aonde está, não fica perdido. Tô até vendo essa diversidade de assuntos e tem a necessidade de a gente trabalhar um  
377 pouquinho mais e fazer o resgate. Eu ia fazer a seguinte proposta de encaminhamento, até por que eu acho que todos  
378 precisam de um tempo pra dar uma analisada nisso aqui, eu vou encaminhar isso daqui por e-mail e vou pedir pra cada  
379 entidade, ao invés de depois na próxima reunião fazer uma votação exaustiva, talvez tenha vários aqui que tenha consenso  
380 **(inaudível)** que não se queira mais que fique em Câmara, que me retorne ao lado da tabela, arquiva, volta, eu ia fazer esse  
381 encaminhamento, na próxima reunião, o que ficou de não unanime, porque tem coisas que acho que já estão superadas por  
382 outras resoluções, os processos ficam a disposição aí pra vistas e antes de fechar eu vou dar uma olhada nesta outra Ata, vou  
383 incluir mais coisas aqui e abrir se, a plenária decidir de manter, a gente abre processo desses outros assuntos. Fica essa  
384 proposta, não sei se alguém, tem mais manifestações, Marion?" **Sra. Marion Luiza Heinrich** "Só uma sugestão de

385 encaminhamento, que cada instituição, avalie e se manifeste sobre todos os assuntos que se tem interesse de discutir, e ficam  
386 esses da manifestação e outros não.” **Sr. Eduardo Osório Stumpf** “(inaudível) já tinham sido encaminhadas pela plenária para  
387 a Câmara Técnica e foi encaminhado pela Secretaria Executiva, não pode (inaudível)” **Sra. Maria Patrícia** “Eduardo, esses  
388 aqui tem vários que estão nas Câmaras Técnica, então na verdade eu estou submetendo, tudo de novo pra Plenária, pra  
389 plenária decidir em função do tempo, se ainda tem pertinência esse assunto, é isso aí, não o resgate não é só o que tá  
390 (inaudível)” **Sra. Lisiane Becker** “Na verdade, se for aprovado, a Câmara Técnica é que tem que decidir, (inaudível)  
391 determinado assunto já tá na Câmara Técnica, então a Câmara Técnica é que vai responder pra nós, e não a plenária decidir  
392 (inaudível) a Câmara Técnica tem que apresentar a justificativa (inaudível)” **Sra. Maria Patrícia** “A proposta, eu não vou  
393 chamar uma Câmara Técnica, só pra decidir, o que ela quer discutir ou não, porque assim, qual é a minha proposta e eu  
394 justifico, é uma situação excepcional, concordo com a tua questão, de vários assuntos pendentes, eu acho que aqui a Plenária  
395 teria condições de fazer uma primeira análise, pra a gente até otimizar o trabalho das Câmaras Técnicas e a Plenária na  
396 verdade é soberana com relação a qualquer decisão de Câmara Técnica, ela pode colocar, pode retirar, enfim, não teria que  
397 retornar totalmente né, até porque vários aqui a gente não vá ter ciência se realmente foi colocado na Câmara (inaudível).”  
398 **Sra. Lisiane Becker** “(inaudível) tinha um relatório sobre isso, (inaudível) se fez um triagem, se mandou pra todos os  
399 conselheiros e se fez uma limpa na ordem de tramitação (inaudível) essas aqui já tem definição de auditor nas Câmaras  
400 Técnicas (inaudível) fazer uma análise e ser encaminhado pra Câmara Técnica (inaudível) depois disso. Eu penso assim,  
401 (inaudível) foram aprovada pra que se desse o encaminhamento, então eu não acho correto, nem no meu caso, nem dos  
402 outros, que não se tenha uma palavra da (inaudível) porque está trancada a pauta em outra (inaudível) publicada a Resolução,  
403 (inaudível) daí pra frente, não é este momento, de se mandar assim, tem que ter um conhecimento da Câmara Técnica, de  
404 como está, não passou pela Câmara Técnica porque está com outra pauta obstruindo, tem que saber qual é a situação das  
405 Câmara Técnicas, acho que antes, pra partir pra Câmara Técnica, tem pauta na Câmara Técnica? Se tem pauta, como é que  
406 está? (inaudível).” **Sra. Maria Patrícia** “Na verdade, a questão da pauta, não há uma lista de pautas para a Câmara Técnica,  
407 hoje. Então é isso que a gente que eu tô propondo a gente criar, a partir de tudo que tem lá, todos os processos que tem lá,  
408 nós vamos criar essa lista de pautas para a Câmara Técnica, então talvez eu faça um encaminhamento prévio, já vou pedir  
409 aqui pra plenária, depois eu peço formalmente, que nem todas as Câmaras Técnicas estão ativas, várias não tem Presidente,  
410 ou o prazo do Presidente já expirou, mas mesmo assim, o que a gente resgatar lá, com os presidentes, os últimos, eu vou  
411 formalmente pelo e-mail solicitar o que está pendente, então eu vou fazer isso, de repente que me respondam em uma  
412 semana, aí nesse meio tempo eu atualizo, mas eu mantenho a minha proposta de que a Plenária, se não nós vamos começar  
413 de uma pauta muito grande e eu acho que está na hora de a gente limpar e de forma alguma a gente quer prejudicar o que já  
414 foi enviado, o que é relevante, vai ser mantido (conversa paralela inaudível) justamente tentar manter aqui o que é relevante,  
415 não é prejudicar.” **Sr. Rafael José Altenhofen**: “aproveitando o momento em que junto com as Câmaras Técnicas, não seria o  
416 momento de (inaudível) as Câmaras Técnicas, porque eu dei uma olhada por cima, tem várias que, cujo os componentes  
417 (inaudível) participado da Plenária, (inaudível).” **Sra. Maria Patrícia** “Esse aqui é o registro das últimas reuniões que a gente...  
418 esse material foi encaminhado por e-mail, a composição e as últimas reuniões, acredito sim que podemos fazer uma revisão  
419 aqui” **Sr. Rafael José Altenhofen**: “Por exemplo dois mil e dez (2010) a demanda para que ela retome, como está a situação,  
420 por que não se pode todas na qualidade de alguém chamar por ela.” **Sra. Maria Patrícia** “Depois dessa revisão da pauta que  
421 eu proponho, as que tiverem demanda a gente vai chamar logo a primeira reunião para a eleição do Presidente, pra que ela  
422 comece a funcionar, então talvez as depois as que ficarem com pauta, depois dessa revisão, a gente na plenária vê a  
423 composição, pra a gente não tratar aqui, das treze (13). Alguma outra sugestão?” **Sr. Eduardo Osório Stumpf** “Eu tenho uma  
424 proposta, mais ou menos ousadas, em relação a isso, de revisão das Câmaras Técnicas, depois que a gente fazer esse  
425 trabalho de descobrir o que se está apresentando nas Câmaras Técnicas, então a Secretaria Executiva poderia solicitar a  
426 confirmação dos integrantes, porque uma das possibilidades seria a gente executar o regimento, de quem não vem e tal. Mas  
427 talvez não seja por aí, (inaudível) solicitar ao Conselheiro pra confirmar, na Câmara Técnica Permanente de Controle e  
428 Qualidade Ambiental, aquelas entidades confirmam? Se elas querem ficar? Por que tem entidade que não vai, que nem sabe  
429 que está na Câmara Técnica, aí não dá Quórum. Aí fazer esse processo. Aí tem mais uma Câmara que está esquecida, a  
430 Câmara Técnica Provisória de Áreas Contaminadas, ela não está na lista que nunca foi chamada o Mário (inaudível) foi quem  
431 propôs isso em dois mil e doze (2012). (Conversa paralela inaudível) a do ZEE (Câmara Técnica Provisória de Zoneamento  
432 Ecológico e Econômico) está na lista. A minha proposta ousada é a seguinte, até vindo do Comitê de Bacias, é extinguir a  
433 Câmara Técnica de Gestão das Águas, porque elas não se reúnem a muito tempo e Gestão das Águas é um assunto muito  
434 importante, sob o qual que tem um sistema todo que foi construído com o CRH e coisa e tal. Aonde nós (inaudível) com o CRH  
435 que o Conselho de Recursos Hídricos tem que se reunir com o CONSEMA, nós nunca conseguimos isso, e a gente não vê o  
436 que, e até já discutimos isso no Comitê (inaudível) para Câmara, a Câmara não funciona e a gente não tá vendo pra que ela  
437 serve, uma Câmara Técnica de Gestão das Águas dentro do CONSEMA, o que o CONSEMA tem haver com água? Tem haver  
438 com questão da qualidade, por que quantidade é com o CRH. E qualidade tem haver com o que? Um monte de coisa. Então  
439 uma pré-proposta que eu faço, e que o Comitê apoia, é de extinguir essa Câmara Técnica, por que se tiver que discutir  
440 qualidade da água, se discute na de Controle e Qualidade e a ideia seria nós criarmos, uma outra Câmara Técnica  
441 Permanente, que seria uma Câmara Técnica Permanente de Política Ambiental, que faria esse trabalho. Então a Política  
442 Ambiental, seria uma pra discutir a integração do Sistema, que quando a gente for discutir saneamento, discutir recursos  
443 hídricos, discutir unidade de conservação, tudo são sistemas separados e todos tem haver com o Meio Ambiente, o  
444 CONSEMA, em princípio é o órgão Superior do Sistema Estadual de Unidade de Conservação (SEUC) está em um decreto,  
445 esta lei está em um decreto, então como é que nós vamos relacionar o CONSEMA, com o CRH, com o Saneamento, com a  
446 Unidade de Conservação, o de Resíduos Sólidos, que são sistemas, tem programas tem meios, tem toda uma sistemática,  
447 então nós vamos criar quando tiver uma de saneamento. Nós vamos criar alguma coisa pra saneamento? Não. (inaudível)  
448 Resíduos? Tem todo um trabalho que tá regulamentado, não precisa carregar nada. Ele é carregado por Lei Federal, Lei

449 Estadual e Município. O CONSEMA não tem muito o que fazer, embora tenhamos uma Câmara de Resíduos Sólidos. A minha  
450 proposta, nessa discussão das Câmaras Técnicas, será que a Câmara Técnica Resíduos Sólidos ainda tem o que se discutir?  
451 Então a minha proposta eu sempre me lembro da Secretaria da Educação, que fez uma manifestação pra mim, que eu não  
452 esqueci, a Secretaria da Educação, não precisa falar da Educação da importância, (inaudível) todo mundo tem a sua  
453 importância, mas o que a Secretaria da Educação vai fazer aqui no CONSEMA? O que interessa pra ela? Qual é o produto que  
454 ela pode tirar daqui? Vamos levar pra Educação Ambiental, isso até o CONSEMA aprovou, um sistema de Educação  
455 Ambiental, disso e daquilo e nós temos uma Câmara Técnica de Educação Ambiental, que nunca se reuniu. É nesse sentido  
456 que eu entendo, assim como a gente fez aquela discussão nos debates, nós dividimos em três (3) parâmetros, discussão de  
457 coisas maiores, pra ter uma apresentação aqui no CONSEMA, (inaudível) o sistema de Recursos Hídricos, esses sistemas vai  
458 ter uma apresentação para a gente ver o que se faz, como é que elas interagem com esses sistemas, depois vamos as  
459 (inaudível) Ciências e Legislação, (inaudível), agricultura, então eu acho que isso é material que vai ter uma Câmara Técnica  
460 Específica, assim como tem uma da Agropecuária, que eu já acho que não precisa uma de Agropecuária, (inaudível). A minha  
461 pré-proposta é isso, criamos uma Câmara e extinguir, eu tô propondo a extinção da água, da gestão de águas e transformar  
462 ela em uma Câmara Técnica de Política Ambiental, por que a Rosaura, que bom que ela está aqui, no primeiro artigo, nós  
463 vamos sistematizar o regimento e vamos dar uma olhada nele, o artigo primeiro e o objetivo maior do CONSEMA, que vai dar  
464 no inciso um (1) é: "Aprovar a Política Ambiental do Estado", então, o que é a Política Ambiental do Estado? Que naquela  
465 época estava na Lei dez mil trezentos e trinta de mil novecentos e noventa e quatro (10.330/94) nós não sabíamos, aí até se  
466 fez, se discutiu, se fez todo um (inaudível) e isso virou um processo administrativo e parou no Diário Oficial como Política  
467 Ambiental do Estado, é uma coisa bem genérica, o que é a política do meio ambiente do estado? É cuidar do Meio Ambiente,  
468 (inaudível) e mais adiante a Política Ambiental do Estado, ela foi consolidada em um documento, é o Código Ambiental do  
469 Estado, e quando se criou o CONSEMA, nós não tínhamos o Código Ambiental do Estado, então a gente não sabia qual era a  
470 política do Estado, hoje a gente sabe qual é a política ambiental do Estado do Rio Grande do Sul, não é do Governo, é do  
471 Estado, a política é (inaudível) no Código Ambiental, e depois ela vai se desenhar, (inaudível) esse é o nosso no Zoneamento  
472 Ecológico Econômico, foi uma briga pra agente conseguir fazer uma Câmara Técnica Provisória, pra a gente fazer o  
473 acompanhamento de como é que anda e que nunca foi chamada. (inaudível). Então, voltando pra Educação o produto que a  
474 educação pode levar pra lá, é isso, o Meio Ambiente do Rio Grande do Sul como é que a gente se organiza, a gente se  
475 organiza em um sistema que tem um órgão superior, aí nesse órgão superior tu vai ter, as vinculadas e dali vai ter os  
476 instrumentos que é o SIRAM, o Zoneamento Ecológico Econômico (inaudível), então como é esse desenho né? Então eu acho  
477 esse desenho pra passar essa mensagem desse produto, nós teríamos que fazer uma Câmara Técnica da Política Ambiental  
478 do Estado, não do Governo. **Sra. Maria Patricia** "O ZEE está na verdade com uma licitação em andamento, teve uma abertura  
479 de envelopes, não está contratado ainda. mas é primeira fase dele de diagnóstico e a segunda fase talvez seja bem ao prazo  
480 de se trazer aqui o acompanhamento ao CONSEMA." **Sr. Eduardo Osório Stumpf** "Quem diz aonde vai ser feito o  
481 Zoneamento é o CONSEMA, não é a FEPAM, Zoobotânica (inaudível) não adianta fazer um monte de diagnóstico, como a  
482 gente já fez por que diagnóstico foi feito pelo Comitê de Bacias, nós vamos repetir, gastar dinheiro de novo, (inaudível) o  
483 Zoneamento vão fazer de novo? Eu exijo que esse assunto venha ser discutido no CONSEMA." **Sra. Maria Patricia**  
484 "Colocamos na pauta do ZEE." **Sra. Lisiane Becker** "(inaudível) a gente está trabalhando no Grupo de Trabalho, (inaudível)  
485 não creio que seja esse o legado para a Câmara Técnica, que ela congrega a política, aí com mais uma Câmara Técnica é  
486 mais uma pra enviarmos assuntos pra ela. (inaudível) Integra a interface entre o Meio Ambiente, seria o CONSEMA, junto com  
487 o sistema de Recursos Hídricos, no meu entendimento deveria de ser uma Câmara Técnica que fosse integrada, tanto com  
488 elementos do CRH quanto do CONSEMA em questões específicas que pautassem esses dois temas. Aí substituiria, com maior  
489 precisão como é a Gestão da Água, por que Gestão da Água isolada no CRH, não tem sentido. Só se tivesse uma Câmara de  
490 interface entre esses dois sistemas, desses Conselhos, até pra poder demandar, porque no mínimo três (3) já foi pedido aqui, e  
491 já tivemos uma experiência acintosa que foi uma reunião em conjunto (inaudível) como foi o ano passado agora que foi como  
492 o CONSEMA ficou sabendo como portaria que incluiria questões terrestres inclusive, (inaudível) é uma questão que se  
493 passado por uma Câmara, tivesse uma discussão, tanto do CONSEMA, quanto do CRH, e depois discutido em conjunto, aí  
494 realmente nós vamos estar aplicando o sistema como um sistema, não fragmentado. Eu não sei se Política Ambiental é melhor  
495 e nem sei como (inaudível) pra não criar mais uma Câmara, pra tratar o mesmo assunto repetidamente. Por que se vai tratar a  
496 questão da água em Política Ambiental ou Biodiversidade (inaudível) ainda tem passar pelo município e ainda passar por mais  
497 uma. A gente está criando muitas Câmaras, acho que tinha que fazer assim como está falando, implantar um sistema como um  
498 todo, mas de uma forma que abrange esses dois de forma unificada. (conversa paralela Inaudível). **Sra. Maria Patricia** "A  
499 proposta de... Quando surgirem assuntos comuns acho que isso dá a gente pode ajustar, enfim, de os dois Conselhos se  
500 reunirem, acho que não vejo a maior dificuldade ou se convidar integrantes dentro das Câmaras Técnicas, convidar integrantes  
501 do CRH pra participar, a primeira necessidade que a gente necessitar de ter essa conversa com o CRH, isso a gente com  
502 certeza fará. Não vejo dificuldade. Só identificar o assunto e vocês se manifestarem "ó isso aí era bom discutir com o CRH"  
503 não tem problema (conversa paralela Inaudível) é, ou lá, vocês com o CONSEMA. Certo? Então ficou aqui duas (2) ideias de  
504 encaminhamento... não mostrei aqui uma outra tabela que tem também processos na Câmara Técnica de Recursos  
505 Administrativos, tem vários processos lá de recursos, nem sei quantos aqui, trinta e cinco (35) essa Câmara aqui, na verdade  
506 eu vou chamar pra ontem. Como são processos de Recursos Administrativos e o CONSEMA aqui não delibera se vai ou não  
507 analisar, na verdade teria que analisar então essa aqui eu já vou chamar... A gente já identificou nos processos pendentes,  
508 esses aqui de auto de infração, então são trinta e cinco (35) então teria que ser analisada pra vir um parecer pra plenária, eu  
509 encaminho isso daqui pra vocês, o que a gente achou, o que se localizou lá. Então eu vou propor dois encaminhamento, aqui a  
510 gente tem uma divergência, a Lisiane acha que teria que... A proposta aqui é que a Plenária analise os processos todos, se se  
511 arquiva aquele assunto ou que se fica na Câmara Técnica, a tua proposta é diferente, é que a gente encaminhe tudo pra  
512 Câmara Técnica? Chega para as Câmaras Técnicas, chama a Câmara Técnica pra analisar? Não entendi a tua proposta.



513 (conversa paralela Inaudível) Isso eu farei. A gente vai fazer o resgate, nessa semana do que tem de assunto pendente, mas  
514 vindo todos os assuntos pendentes, eu queria submeter a Plenária, todos os assuntos pendentes, pra vermos o que tem de  
515 interessante, porque ainda tem coisa muito antiga, principalmente com as questões de dois mil e dez (2010), dois mil e onze  
516 (2011), dois mil e doze (2012) que ainda estão pendentes, aí a proposta aqui é que depois desse levantamento finalizado, eu  
517 encaminho aos Conselheiros, a tabela por e-mail, e aí vocês se manifestem os assuntos que queiram que permaneça. **Sra.**  
518 **Lisiane Becker** "Justificadamente. Eu quero que saia o justificado e aí antes da Plenária (conversa paralela Inaudível)" **Sra.**  
519 **Maria Patrícia** "A minha proposta, eu não acho que deveria justificar, a proposta da Lisiane teria que justificar, eu coloco em  
520 votação as duas..." **Sra. Marion Luiza Heinrich** "Que se interesse, só os assuntos que interessem a instituição, não o que me  
521 interessa e o que me interessa por isso ou por aquilo, só o que me interessa. O que não me interessa" (Conversa paralela  
522 inaudível) **Sra. Maria Patrícia** "A manifestação é com relação a todos os assuntos, porque na verdade não é só o que  
523 interessa a tua instituição, é o que interessa aqui, como membro do CONSEMA" **Sra. Marion Luiza Heinrich** "Eu sei que é do  
524 CONSEMA, mas a minha Instituição pode achar que uma interessam outras não, aí eu tenho que justificar o que não me  
525 interessa?" **Sra. Maria Patrícia** "Eu acho que não, nesse momento aqui não, talvez alguma que se venha a debate, que houver  
526 divergência, aí ok. Aí a gente vê como encaminha. Porque aqui na maioria (inaudível). Vou colocar em votação na próxima  
527 reunião" (Conversa paralela inaudível) **Sr. Rafael José Altenhofen**: "Aí são requisições, quanto CONSEMA e quanto instância  
528 apelativa, é isso?" **Sra. Maria Patrícia** "Não, não (Conversa paralela inaudível) os Recursos Administrativos que é essa outra  
529 tabela que eu coloquei e este na verdade é primeiro um auto de infração, primeiro recurso, segundo recurso, aqui seria o  
530 terceiro recurso. Até já, na esfera Federal essa competência não existe mais, enfim, é difícil de o CONSEMA aqui manejar  
531 esse, isso até é uma questão que depois pode ser revista, penso eu, eu acho que poderia não vir mais para o Conselho esse  
532 tipo de recurso, enfim, isso não cabe aqui." **Sr. Rafael José Altenhofen**: "Ficou claro, justamente, eu estava entendendo isto  
533 aqui..." (Conversa paralela inaudível)." **Sra. Maria Patrícia** "Esses eu vou ter que pautar urgente (Conversa paralela inaudível)  
534 vou chamar com urgência a Câmara Técnica de Recursos Administrativos, aí estes outros aqui, além dos que a gente  
535 identificar, aí eu vou encaminhar por e-mail para os Conselheiros e peço para que me retornem, enfim, podemos fixar um prazo  
536 antes da próxima reunião, dois (2) dias antes, pra eu poder aqui, compilar essas manifestações de todos e dizer aqui "Esse  
537 tem divergência, esse aqui não tem divergência" e a gente faz essa limpeza da pauta. Aí que houver divergência a gente vai  
538 debater aqui. Podemos encaminhar assim? **Sr. Eduardo Osório Stumpf** "Acho que sete (7) sete dias antes da reunião pra dar  
539 tempo de a Secretaria Executiva receber e na Convocação (inaudível) porque cada um vai fazer de um jeito." **Sra. Maria**  
540 **Patrícia** "Eu vou mandar a tabela e tu vai dizer sim ou não do lado" **Sr. Rafael José Altenhofen**: "Mas isso pressupõem que tu  
541 envie o conteúdo, pois apenas com o título, (inaudível) por exemplo, ali onde trata de Resíduos Sólidos, foi ou não  
542 contemplado pela Política Nacional de Resíduos Sólidos?" **Sra. Maria Patrícia** "Bom, aí eu vou colocar a disposição...  
543 (Conversa paralela inaudível) onde houver dúvida, ok, eu acho que a Câmara Técnica pode de se manifestar." **Sr. Eduardo**  
544 **Osório Stumpf** "Ou pedir para a Câmara Técnica fazer um estrato, o que é? Discutir na Portaria FEPAM, dizer o que que é se  
545 virou uma Resolução. (inaudível)." **Sra. Maria Patrícia** "Isso aqui tá na Câmara Técnica, não virou nada." **Sr. Eduardo Osório**  
546 **Stumpf** "Então tem que pedir pra Câmara Técnica lá, dizer a situação que está lá." **Sra. Maria Patrícia** "Só que eu vou ter que  
547 chamar, então vamos ter que discutir isso na próxima reunião." **Sr. Eduardo Osório Stumpf** "E se chamar o Presidente das  
548 Câmara Técnicas?" **Sra. Maria Patrícia** "Tem Câmara Técnica que não está instalada." (Conversa paralela inaudível) Então  
549 temos duas (2) propostas aqui que eu vou submeter, enfim, temos a proposta de a Plenária olha aqui e decide e tem a  
550 proposta 2, que de se encaminhar para as Câmara Técnicas, dos respectivos assuntos." **Sr. Eduardo Osório Stumpf** "A  
551 Câmara Técnica se manifestar a situação, então, aquelas lá, discutir na portaria FEPAM, a Câmara Técnica tem que dizer, o  
552 assunto está tramitando na Câmara Técnica." **Sra. Maria Patrícia** "Eles estão com ela desde dois mil e dez (2010), é isso que  
553 eu tô dizendo, o último andamento do processo é em dois mil e dez (2010)." **Sr. Eduardo Osório Stumpf** "Mas alguém da  
554 Câmara Técnica, a Câmara Técnica por exemplo, todas elas tem um representante da FEPAM, então a FEPAM tem condições  
555 de quem está dizer que "olha, esse portaria aqui não, ela não interessa mais, o assunto está morto, ela está tramitando...".  
556 (inaudível)." **Sr. Rafael José Altenhofen**: "Uma alternativa talvez, seja o autor, por que quem é o autor de cada (inaudível)  
557 sabe se foi contemplado ou não, em outras, mas eu não posso, pelo título, sem olhar, saber o que que é. (Conversa paralela  
558 inaudível) **Sra. Maria Patrícia** "O autor aqui, nós temos de diversas origens, tem até pedidos aqui de por exemplo, sei lá,  
559 (Conversa paralela inaudível) a minha proposta ainda é que vocês, pela quantidade, como a gente quer colocar isso pra  
560 funcionar, que vocês primeiro façam uma primeira avaliação, daqui a pouco se ficarem em dúvida, chamamos as Câmaras  
561 Técnicas, pra chamar todos enfim, e aí realmente, os processos estão a disposição lá na Secretaria do CONSEMA. Eu vou  
562 colocar em votação." **Sr. Eduardo Osório Stumpf** "Pode ser. Podemos ter a liberdade, queremos saber tal assunto, eu mando  
563 e-mail pra Secretaria Executiva do CONSEMA, eles abrem o processo e "ó Eduardo, esse trata de tal assunto" porque tem  
564 aqueles de moção admonitória" **Sra. Maria Patrícia** "Pode, aqui tem vários de moção admonitória (Conversa paralela  
565 inaudível) é daqui a pouco vocês chegam na última reunião, ficamos em dúvida com todos, bom, aí votamos outra posição.  
566 (Conversa paralela inaudível) podemos então aprovar assim, fazemos esse levantamento, em uma semana, que a Secretaria  
567 Executiva manda a listagem, aí os conselheiros analisam, fica a disposição Secretaria Executiva, tanto pra vistas, quanto pra  
568 algum esclarecimento, enfim, eu também fico a disposição, aí vocês coloquem o que tem condições de analisar e o que não  
569 tem. Aí na outra reunião eu trago isso daí em pauta. (Conversa paralela inaudível) **Sra. Lisiane Becker** "Fica subjetivo, é um  
570 assunto que eu não domino muito bem (Conversa paralela inaudível) **Sr. Ivo Lessa**: "Gente, olha aqui, a Secretária está  
571 propondo que a gente pegue uma lista, analise e vê o que interessa e o que não interessa. Não interessa se fica subjetivo ou  
572 não." **Sra. Lisiane Becker** "Eu tô dando uma proposta de como limpar a lista, ela apresentou uma proposta e eu sugiro mais  
573 duas outras propostas, o objetivo é limpar a lista, eu tô trabalhando em cima do objetivo que é limpar a lista, como a gente vai  
574 limpar a lista, tô buscando uma forma melhor. Foi dada uma proposta, eu já fiz, ele já fez, já temos quatro (4) propostas,  
575 porque eu quero ter segurança, que essa lista será limpa da melhor maneira possível, aí como aconteceu no CONAMA,  
576 jogaram tudo fora "ai, muita coisa" pronto. Foi isso que aconteceu no CONAMA. **Sra. Maria Patrícia** "A minha preocupação na

577 verdade é que isso comece a funcionar e comece a funcionar bem. Então, se tem assuntos tão antigos aqui em discussão,  
578 entre dois mil e sete (2007), dois mil e dez (2010). **Sra. Lisiane Becker** "Teve proposta no CONAMA que foi fora, que a própria  
579 Secretária achou que foi (inaudível) mas porque, (inaudível) na Câmara Técnica, (Conversa paralela inaudível). **Sra. Maria**  
580 **Patrícia** "Os assuntos podem ser trazido a qualquer momento de novo, a ideia é fazer isso daqui até para as Câmaras  
581 Técnicas, conseguirem trabalhar com uma pauta mais atualizada. Qual é a proposta de encaminhamento então pra votação? A  
582 minha é que os Conselheiros na verdade se manifestem, por aqui e por auxílio nessas duas semanas, quem quer fazer a  
583 proposta dois (2). Que daí eu ponho elas em votação. **Sr. Rafael José Altenhofen**: "A outra proposta é que as que tem autor,  
584 o autor se manifeste, se já foi atendido, ou não. E uma vez feito essa prévia (inaudível). **Sr. Ivo Lessa**: "Isso é trabalho e  
585 retrabalho." **Sra. Maria Patrícia** "Nós vamos colocar as duas em votação, porque essa do autor, tem autor que nem estão no  
586 CONSEMA, isso daí tem entidades de fora, até nem sei como eu operacionalizaria essa..." **Sr. Rafael José Altenhofen**: "Ivo,  
587 eu não vejo como retrabalho." (Conversa paralela inaudível) **Sra. Maria Patrícia** "Gente, eu vou colocar para apreciação,  
588 temos a proposta da mesa e a proposta um (1), através da primeira análise, trazemos para a próxima reunião e a proposta  
589 número dois (2), é ainda consultar o autor da proposta daqueles que forem parte do CONSEMA. Quem é favorável a proposta  
590 um (1) da mesa? Dezesesseis (16) votos. A proposta dois (2) de consultar os autores? Quatro (4). Aprovada a proposta da mesa.  
591 **Sra. Lisiane Becker** "Posso pedir uma observância? (inaudível) Eu já fiz isso em outras vezes, eu gostaria que a mesa se  
592 manifestasse por último, não fosse a primeira a levantar, que a mesa fosse realmente a última ou concomitantemente e não a  
593 primeira a levantar, não é uma coisa pessoal, todas as mesas eu falo a mesma coisa." **Sra. Maria Patrícia** "A proposta é da  
594 mesa. Assuntos Gerais? Ninguém manifestou no começo, não sei se agora alguém tem..." **Sr. Ivo Lessa**: "Eu não sei se nós  
595 vamos esperar a revisão do nosso regimento interno, mas se coube voltar a falar no assunto uma decisão que nós tomamos  
596 nesse Conselho ano passado, que foi a autorização da anuência que nós demos a ampliação da fábrica da Todeschini, em  
597 Bento Gonçalves, uma anuência do CONSEMA, isso daí é uma atividade de baixo impacto local, que para no Código Florestal,  
598 nós demos uma anuência, e demos em consideração, até porque o Ibama esteve aqui, tinha que concordar, FEPAM, o Rafael  
599 estava aqui, o pessoal técnico da FEPAM estava aqui e tinha a própria concordância, mas nós somos obrigados a fazer o  
600 (inaudível), daqui a pouco nós vamos enfrentar essa questão de anuências em atividade de baixo impacto ambiental, que não  
601 estão no Código Florestal. Não sei se a Secretaria do CONSEMA faria uma proposta de Resolução, dentro de uma Câmara  
602 Técnica se criaria, seria interessante até que a gente pudesse, que a Secretaria fizesse uma proposta de Resolução desse  
603 tipo. Eu posso até sentar contigo e fazer alguma coisa. (Conversa paralela inaudível) Tem que fazer uma proposta de  
604 Resolução direitinho, pra colocar pro CONSEMA. Aí eu me comprometo a sentar com a Secretária e fazer, alguém, quem mais.  
605 O Valtemir conhece, o Rafael também, quem mais quiser sentar a gente pode fazer uma proposta de Resolução. Atividade de  
606 baixo impacto ambiental no município, está lá no Código florestal, que compete ao CONSEMA, regrar. **Sra. Lisiane Becker**  
607 "Na verdade são questionamentos que eu gostaria de ter resposta, chegaram algumas situações pra nós e eu gostaria de  
608 saber como está o andamento, primeiro seria a situação dos funcionários que foram remanejados, qual a interferência desse  
609 remanejamento em cima da ação Civil Pública, cinco mil e vinte e seis, cem (5026/100) (inaudível) quarenta e um, dois mil e treze  
610 (41/2013) como é que ficou essa situação, o remanejamento desses poucos funcionários, que são especialistas em suas áreas, se  
611 não prejudica, não compromete a ação civil pública, e com despacho da juíza, então como é que fica o remanejamento desses  
612 funcionários, que são especialistas na área e até aonde se viu, por isso quero saber a situação deles, por que isso interfere,  
613 até na fiscalização de dragas, na implementação dessa ordem aqui da (inaudível). A outra situação que eu peço  
614 esclarecimentos é sobre a nova localização, sobre um lugar para a biblioteca da FEPAM, por que é um lugar central, pra quem  
615 vem aqui pra qualquer assunto (inaudível) tem acesso a biblioteca e há rumores de que essa biblioteca ficasse longe do  
616 quadro técnico, não precisa responder agora, pode responder depois. E a terceira e última coisa, tem haver com a conduta do  
617 CRH, esse acordo de comparação técnica zero zero um, dois mil e treze (001/2013), qual é a situação (inaudível) visando,  
618 implementação da ação de integração das redes (inaudível) isso é muito importante porque pega outra parte terrestre, me  
619 parece que (inaudível) reunião do DRH meio desfalcada, de técnicos o quadro. Como é que fica o comprometimento desse  
620 acordo? (inaudível) frente a situação atual do Estado. Então são esses três (3) quesitos que eu gostaria de ter esses  
621 esclarecimentos, pra a gente ter uma ideia do que está acontecendo. **Sra. Maria Patrícia** "Tem situações aí que acredito que  
622 nem cabe serem tratados como pauta do CONSEMA, mas tem assuntos referentes a FEPAM que não tenho conhecimento, o  
623 DRH o Diretor Fernando poderia esclarecer depois essa situação pra você, tranquilamente. Esses assuntos quando tiver  
624 dúvidas pode nos procurar diretamente. **Sra. Lisiane Becker** "Posso até fazer melhor, pedir por escrito porque, (inaudível) algo  
625 mais formal, porque essa Ação Civil, que tem haver sim com o CONSEMA, as questões de licenciamento e fiscalização, que  
626 são dois (2) dos três (3) pilares que a Secretária coloca, que é fiscalização, licenciamento e planejamento. Aliás engloba os  
627 três (3) (inaudível) e a biblioteca, também porque, nós entidades, quando viemos do interior procurar a biblioteca, é um lugar  
628 central, e a gente não precisa se deslocar até outro lugar pra procurar outras pertinências pra SEMA. **Sra. Maria Patrícia** "Só  
629 me lembro assim, quais são as competências desse Conselho e o que esse Conselho pode fazer, alguma dessas questões  
630 (inaudível) esclarecimento depois pegar uma resposta completa do Conselho, de Resolução, Moção, Recomendação, aí  
631 pautamos no Conselho. **Sr. José Homero Finamor Pinto**: "Só queria saber como ficou definido o Eduardo levantou o assunto  
632 da composição das Câmaras Técnicas que tem algumas que, desde dois mil e dez (2010) não se reúne, da atualização dos  
633 nomes. **Sra. Maria Patrícia** "Eu vou (inaudível). Na verdade eu até ia propor, vou passar a relação das Câmaras Técnicas e  
634 sua composição, e (inaudível) as entidades que se manifestem o interesse em permanecer (Conversa paralela inaudível) Vou  
635 fazer, depois eu trago a informação, que retornou e aí analisamos aqui na Plenária. **Sra. Lisiane Becker** "Tem um ofício da  
636 última pergunta, (inaudível). **Sra. Maria Patrícia** "É bom conversar isso direto com o DBIO, (Conversa paralela inaudível) na  
637 verdade a gente não consegue, é melhor, porque não vai render se ficar por aqui, é melhor tu ir direto ao ponto lá. Mais alguma  
638 questão nos Assuntos Gerais? Então eu declaro a reunião encerrada. Não havendo nada mais a ser tratado encerra-se esta  
639 reunião. Foi lavrada a presente Ata, que vai assinada pelos Conselheiros presentes a reunião.  
640

---

**Maria Patrícia Mollmann**  
Presidente do CONSEMA  
SEMA

---

FIERGS

---

FARSUL

---

Fórum Gaúcho dos Comitês de Bacias Hidrográficas

---

SDECT

---

ONG Os Amigos da Floresta

---

Instituição Universitária Pública

---

ONG Mira-Serra

---

SEDUC/RS

---

SEPLAG

---

FAMURS

---

SES

---

FECOMÉRCIO

---

FEPAM

---

CREA/RS

---

UPAN

---

Centro de Biotecnologia do Estado

---

SSP

---

SOP

---

FETAG

---

SINDIÁGUA

---

SME

---

IBAMA

---

SEINFRA